

OS EFEITOS DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO DO JARI NA COMUNIDADE TRADICIONAL DO IRATAPURU – AMAPÁ

Karoline Fernandes Siqueira Campos (1); Marcelo Rodrigues Mendonça (2); Vinícius Batista Campos (3)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB e Universidade Federal de Goiás - UFG

Resumo: O trabalho tem como foco principal a apresentação dos efeitos da implantação de um Empreendimento Hidrelétrico, também conhecido na Amazônia como Grandes Projetos, em um território com potencial hídrico que enfrenta a problemática da ausência do fornecimento energético, impedindo o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico e a superação de percalços em viver na escuridão “nas trevas”. A pesquisa em questão tem como objeto de estudo, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru – RDSI, localizada no Sul do Amapá, palco de moradores que almejam o crescimento econômico com o fortalecimento da cadeia produtiva da castanha do Brasil, a diminuição da marginalidade social e da invisibilidade cultural da comunidade, anseios os que os fragilizam e permite que promessas de exploradores capitalistas “usurpadores” por meio de medidas compensatórias, previstas nos Estudos e Relatórios dos Impactos Ambientais – EIA e RIMAS, se instalem e gerem crises e problemas ainda maiores.

Palavras-chave: Povos da Floresta. Crise energética. EIA e RIMAS.

Introdução

As crises geradas, são (in)sustentáveis, criadas com o discurso de levar à lugares isolados geograficamente, o tão sonhado desenvolvimento, mas as discrepâncias na prática são enganosas e manipuladoras, gerando um cenário de implantação com dois lados antagônicos, sendo um da exploração das riquezas naturais e produção energética para atender o sistema capitalista em escala global e do outro uma comunidade, que sofre as mazelas da dependência dos detentores do poder, que sem conhecimento sobre seus direitos, não possuem autonomia, protagonismo em lutar para que as medidas compensatórias sejam implantadas em prol do coletivo e assim manterem acesa a esperança de dias melhores.

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio do Jari, tem aportada em sua trajetória a introdução de técnicas e tecnologias do capital, demarcando conseqüentemente a produção de novos territórios na Comunidade Tradicional do Iratapuru, repercutindo dilemas que comprometem as potencialidades hidroelétricas do Amapá e geram não energia limpa que atenderia aos Relatórios Mundiais, a exemplo de Brundtland (1987), mas as crises energéticas para os menos favorecidos.

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

A discussão da Energia Limpa, segue amparada na utilização de meios e estratégias que diminuam os impactos ao meio natural, aos parâmetros econômicos, sociais e culturais, ideia corroborada pela Carta da Terra (2002), ao tratar sobre a produção energética e como esta deveria seguir o viés da planejamento e das políticas públicas, para evitar um colapso às gerações futuras, decorrentes principalmente pela incoerência, do uso sem medidas dos recursos ainda abundantes na natureza.

E ainda podemos constatar, seguindo as diretrizes da Carta da Terra (2002), que as práticas para a produção energética, são consideradas como críticas aos ciclos históricos da Terra, tendo em vista as escolhas da humanidade para o futuro, tornando-se cada vez mais frágil aos grandes perigos e as grandes promessas, repercutindo na diminuição da magnífica diversidade cultural e formas de vida sem respeito pela natureza, pelos direitos humanos universais, sem justiça na economia.

Metodologia

A metodologia utilizada para coletar dados deste estudo, pautou-se na etnografia, observação direta e participativa, recortes geográficos em cartografia social, registros fotográficos para elucidar as percepções da natureza e do território, sendo abordados ainda as ideias dos moradores por meio dos relatos de experiência, grupos focais e histórias orais, sendo gerados avaliação quantitativas, que após tratamento estatístico gerarão gráficos e exposição orientada das temáticas envolvidas de maneira qualitativa.

Nesta conjectura, trazemos a luz das discussões científicas, referenciando os resultados desta pesquisa, nos objetivos propostos e na hipótese de que os efeitos da construção de uma UHE em comunidades tradicionais, que isolados geograficamente, sem energia e com baixas perspectivas de desenvolvimento e/ou crescimento econômico, tem seus territórios invadidos e passam a (com)viver com o (des)conhecido, em ambientes hostis e de muitas insatisfações.

O objeto de estudo é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru - RDSI

Ao contextualizarmos o nosso objeto de estudo e sua relevância, notamos que a produção energética pelas UHE's, teve uma pequena diminuição, mas ainda manteve-se como líder na produção energética do Brasil, tais afirmativas são elucidadas na figura 01.

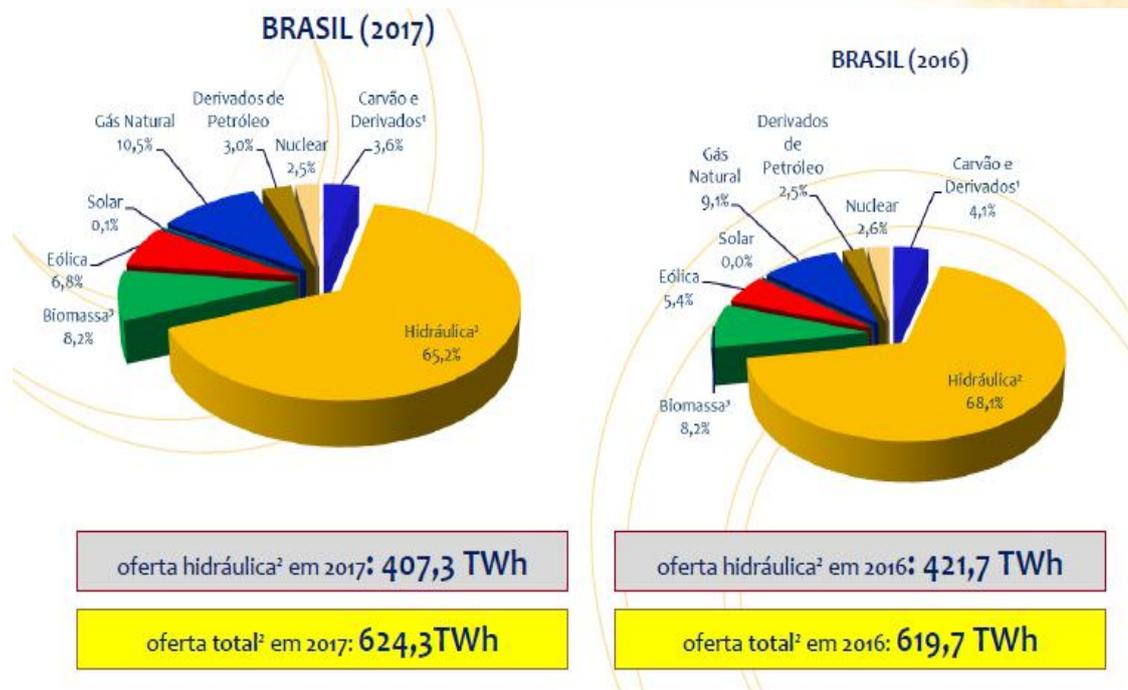


Figura 01. Produção energética por fonte (EPE, 2018).

A insensibilidade dos reais problemas e efeitos da crise energética, repercutem na invisibilidade dos povos, das comunidades, das pessoas, das tradições, modos de vida e assim ignoraram as mazelas sociais e econômicas. Camuflam os efeitos ambientais e geram documentos superficiais e frágeis, como os Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais – EIA e RIMA, uma alternativa dos detentores de poder e capital, para fugir das premissas impostas pela legislação ambiental.

A Amazônia é o principal palco para a implantação de UHE's pois detém o potencial hídrico, tendo aproximadamente 46 usinas em funcionamento e 252 projetos de inventário em andamento, com potencial apenas na região Norte de 111.396 MW, quase a metade do potencial brasileiro; 9% são explorados do território paraense que oferecem 38,2 mil MW, o suficiente para abastecer todos os domicílios brasileiros por quase um ano e meio de forma ininterrupta. Na região do Amapá, segundo os Estudos da Eletronorte (2000) e Eletrobrás (2009), a potência total de 927.949 kW, conforme o quadro 01:

Usina	Potência (kW) Outorgada	Destino da Energia	Proprietário	Município
Calçoene	1.296	Serviço Público	100% para	Calçoene -

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

			Companhia de Eletricidade do Amapá	AP
Coaracy Nunes	76.952	Serviço Público	100% para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.	Ferreira Gomes - AP Macapá - AP
Laranjal do Jari	8.675	Serviço Público	100% para Companhia de Eletricidade do Amapá	Laranjal do Jari - AP
Lourenço	720	Serviço Público	100% para Companhia de Eletricidade do Amapá	Calçoene - AP
Santo Antônio do Jari	373.400	APE	100% para ECE Participações S.A.	Almeirim - PA Laranjal do Jari - AP
Santana	178.100	Serviço Público	100% para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.	Santana - AP
Oiapoque	8.250	Serviço Público	100% para Companhia de Eletricidade do Amapá	Oiapoque - AP
Serra do Navio	21.600	Produção Independente	100% para Amapari Energia S.A.	Serra do Navio - AP
DTCEA 01	128	Registro	-	Oiapoque - AP

DTCEA – MQ	528	Registro	-	Macapá - AP
<u>Flórida Clean</u> <u>Power do</u> <u>Amapá</u>	1.700	Registro	100% para <u>Flórida Clean</u> <u>Power do</u> <u>Amapá Ltda</u>	Macapá - AP
<u>Ferreira</u> <u>Gomes</u>	252.000	Produção Independente	100% para <u>Ferreira Gomes</u> <u>Energia S.A</u>	Ferreira Gomes - AP
<u>Amapá Garden</u> <u>Shopping</u>	4.600	Registro	100% para <u>Amapá Garden</u> <u>Shopping S.A.</u>	Macapá - AP

Quadro 01. Dados da capacidade energética do Amapá – Banco de Dados EPE 2018.

E das linhas de transmissão no Brasil tem-se 22 conclusas, o que corresponde a uma área de 5.256 km de extensão e 33 linhas em andamento que abrangerá 10.704 km, fontes que interligaram Tucuruí-Macapá-Manaus, em operação vamos destacar a partir de agora a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, localizada na região limítrofe entre os municípios de Almeirim/PA pelo Distrito de Monte Dourado e Laranjal do Jari -AP, em implantação desde 2010 (SIQUEIRA CAMPOS, et al 2015).

No quadro 02, estão descritas as potencialidades e suas respectivas contribuições.

Intitulação	Potência MW	Potência KW	Município ou Bacia Hidrográfica	Fase
Açaipé B	831,1	831100	Laranjal do Jari	Planejada
Água Branca	73	73000	Pedra Branca do Amapari	Planejada
Bambu	84	84000	Bacia Hidrográfica do Rio Araguari	Planejada
Cachoeira do Caldeirão	134	134000	Ferreira Gomes	Em operação
Cachoeira dois	2,3	2300	Bacia Hidrográfica do	Planejada

irmãos			Rio Araguari	
Cachoeira Grande	12,2	12200	Calçoene	Planejada
Cachoeira Grande II	3,1	3100	Amapá	Planejada
Carecuru	240,2	240100	Laranjal do Jari	Planejada
Carnot	5,2	5200	Calçoene	Planejada
Champion	0,4	400	Bacia Hidrográfica do Rio Araguari	Planejada
Coaracy Nunes II	104	104000	Ferreira Gomes	Planejada
Coronel Correia	3,9	3900	Bacia Hidrográfica do Rio Araguari	Planejada
Franconim	1,4	1400		Planejada
Paredão	1,6	1600	Ferreira Gomes	Planejada
Porto da Serra	54	54000	Serra do Navio	Planejada
Sapucaia	1,3	1300	Bacia Hidrográfica do Rio Araguari	Planejada
Tracua	5,8	5800	Bacia Hidrográfica do Rio Araguari	Planejada
Trapiche	9,0	9000	Macapá	Planejada
Travessão	3,1	3100	Bacia Hidrográfica do Rio Araguari	Planejada
UHE Cachoeira Caldeirão	219	219000	Ferreira Gomes	Em operação

UHE de Santo Antônio do Jari	373,4	3734000	Laranjal do Jari	Em operação
UHE Ferreira Gomes	252,00	252000	Ferreira Gomes	Em operação
Urucupatá	291,5	291500	Laranjal do Jari	Planejada
Varador	14,0	14000	Bacia Hidrográfica do Rio Araguaari	Planejada

Quadro 02. Situação da Energia Hidroelétricas do Amapá (EPE 2000, 2008).

Os primeiros estudos de fontes renováveis de energia, observando os potenciais hidrelétrico dos rios e bacias hidrográficas, com o mapeamento detalhado de onde podem ser construídas as usinas hidrelétricas, foram conduzidos primeiramente nos estados de Minas Gerais e São Paulo, final do século XIX e na primeira década do século XX, com a ajuda dos investimentos de grupos estrangeiros, a implantação de termoelétricas, hidrelétricas para a transmissão e utilização de energia elétrica foi possível (MIELNIK e NEVES, 1988).

Nessa produção e distribuição, podemos aferir que existe uma ingerência energética organizada, em prol quase que exclusivamente para as indústrias, priorizando práticas postuladas na rentabilidade e lucratividade, com efeitos contrários a segurança mundial no que diz respeito às necessidades reais da energia, resultando em ausência de coesão, eficácia e viabilidade, sendo um verdadeiro desmonte ao processo de inclusão, ao ignorar os territórios *des-velados* (grifo nosso), sem preocupar-se com o humano, o social, a capacidade ambiental e econômica dos povos, assim ocorreu na Comunidade Tradicional do Iratapuru.

Ressalta-se que neste objeto de estudo, assim como a maioria dos Grandes Projetos instalados na Amazônia, empreendimentos capitalistas, a marca principal é a exploração das riquezas, impondo novos limites geográficos e culturais, o que compromete diretamente na vida das pessoas, que já afetadas socioeconômico e ambientalmente, tem suas tradições desfeitas, transformando os modos de vida, contribuindo com a permanência da invisibilidade.

Resultados e Discussão

Comprovou-se pelos relatos e experiências, que os EIA e RIMAS camuflam os verdadeiros efeitos ambientais, pois são documentos superficiais e frágeis, que burlam as premissas impostas pela legislação ambiental, repercutindo em represamentos criminosos à

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

fauna e flora, a exemplo das áreas de reservas florestais, a alteração proposital do curso de água, que impacta a economia, e neste estudo o que mais foi citado nos grupos focais e história oral, que o maior prejuízo para os moradores, foram as interferências no território, pois implantaram moradias sem nenhum elo com o rio e a floresta.

Muitos relatos são da dificuldade em se adaptar ao novo território e as dificuldades que todos os dias se apresentam, seja na falta de água nas casas, seja pelas limitações de saneamento básico, seja pela o alagamento das ruas (imagem 1a) pela influência dos considerados “intrusos” que vieram com a UHE ao trazer para o cotidiano da comunidade, o alcoolismo, a falta de perspectivas (imagem 1b) e a iniciação sexual precoce, fazendo com que os jovens (geração futura), não tenham motivos para manter a ligação com o espaço afetivo, sendo um divisor de águas e um grande obstáculo à preservação não apenas da natureza, mas da identidade.



Imagem 1a e 1b. Autores

Para Berta Becker (1990), muitas contradições são apresentadas quando um empreendimento capitalista se instala nas cidades da floresta, como os altos índices de domicílios sem água encanada, esgoto, acesso a serviços básicos nas cidades e no campo, com desafios na consolidação dos aspectos institucionais do gerenciamento dos recursos hídricos, cujo controle nas metrópoles e nas cidades médias é mínimo ou insatisfatório, contribuindo para a escassez de mecanismos para a preservação ambiental.

Conclusões

Dentre os resultados esperados e obtidos, conclui-se que as formas diferentes de ocupação da comunidade tradicional do Iratapuru, efetivamente corroboraram com o

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

aumento das desigualdades no território explorado, gerando um antagonismo existencial entre os “*intrusos*” mercados capitalistas, com as técnicas e tecnologias implantadas e do outro os povos e comunidades da floresta, perdendo o território identitário denominado, onde pulsam o modo de vida ribeiro, caboclo, tradicional, com peculiaridades próprias sobre a cultura, economia, política, bens materiais e imateriais, por vezes são invisíveis aos olhos dos “*desatentos*”.

Referências

BECKER, B. K. **A Fronteira em Fins do Século XX: Oito Proposições para um debate sobre a Amazônia** in “**Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**” Editora UnB. Brasília, Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1990.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Relatório de impacto ambiental**. Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Brasília, DF: MME; ELETROBRÁS, 2009.

CARTA DA TERRA– **Organização das Nações Unidas**, 2002.

ELETRONORTE - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL. **Plano de Atendimento de Energia Elétrica (2007 – 2016)**. Brasília, 2006.

EPE. **Empresa de Pesquisa Energética**. Expansão das Hidrelétricas - 2015. Disponível em www.epe.gov.br; acesso em Janeiro de 2018.

SIQUEIRA CAMPOS, K. F. Novas dinâmicas territoriais da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no vale do Jari: a desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru/AP. Macapá, PPGMDR/UNIFAP, 2016. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional).